

Trabalho doméstico infanto-juvenil: que espaço é esse?

*Cecília Osowski**
*Jussara Gue Martini***

Resumo

O trabalho doméstico tem configurado-se como um referencial para aprendizagens de relações sociais e culturais, incluindo-se aqui aquelas peculiares ao mundo do trabalho, tendo por referência as atividades que se desenvolvem no espaço doméstico, familiar ou não. Inclui-se, aí o trabalho infantil, que aparece geralmente como ajuda, e raramente (até porque é inconstitucional) aparece como "trabalho" propriamente dito. Discute-se as relações entre trabalho infanto-juvenil, trabalho doméstico e subjetividades.

Palavras-chave: trabalho doméstico; trabalho infanto-juvenil e subjetividades.

Abstract

Domestic labor has been configured as a referencial for the learning of social and cultural relationships, including, at this place, the ones peculiar to the world of labor, having as a reference activities that are developed in the domestic space, both familiar ou not. There is included the infantile labor, which generally appears as aid, and seldom (precisely because it is unconstitutional) it appear as "labor" properly. We discuss the relations between infanto-juvenile labor, domestic labor and subjectivities.

Keywords: domestic labor; infanto-juvenile labor and subjectivities.

* Professora Titular da UNISINOS. Doutora em Educação

** Professora Adjunta da UNISINOS. Mestre em Educação

Educação, trabalho e família

O tema - educação e trabalho - não é novo na literatura educacional, sendo examinado de forma mais incisiva na década de 70 (Tourinho, 1993). Pesquisadores e estudiosos do assunto têm discutido algumas das formas sob as quais o trabalho tem constituído-se: servil, agrícola, manufatureira, industrial, doméstica, artesanal, etc. e de que forma ele tem afetado e/ou relacionado-se com a educação.

Examinando a multiplicidade de abordagens sobre essa temática e, considerando a atualidade e relevância do tema trabalho infanto-juvenil, buscamos investigá-lo relacionando-o com a escola e com o currículo, sobre o que se tem pouca pesquisa. A investigação envolvendo escolas municipais de 1º grau, dos municípios de Porto Alegre, Gramado, São Leopoldo e Vacaria, desenvolveu-se através de questionários, produção de textos pelas crianças e entrevistas com alunos e alunas trabalhadores/ras, docentes e a administração da escola. Nesse artigo, abordaremos as relações entre trabalho doméstico infanto-juvenil e subjetividades.

Um dos conceitos básicos de trabalho é o de Marx(1983, p.139) que o entende como o "conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie", incluindo-se aqui, bens sociais, culturais, econômicos. Entretanto, no cotidiano de nossos dias, onde o mercado de trabalho invadiu a esfera familiar, apropriando-se dos corpos e mentes de seus membros, o que temos visto é um eufemismo - o trabalho visto como ajuda - para apoderar-se de uma mão-de-obra barata e abundante: a força de trabalho infantil. Assim, a grande maioria das crianças que trabalham em casa, sem remuneração, muitas vezes tomando conta da casa e dos seus irmãos e irmãs menores, são apresentados apenas como "alguém que ajuda". Portanto, atrás da "ajuda" infantil, no ambiente familiar, muito está escondido.

Nessa perspectiva, cabe à escola oferecer condições materiais e culturais para que não só ocorram tais discussões, como também (re)construam-se pensamentos, posições e atitudes sobre essas questões. Os currículos escolares são espaços que a escola poderá ter para o questionamento e a construção desses saberes sobre as relações do trabalho com a formação das crianças e adolescentes e suas implicações tanto no contexto sócio-cultural mais amplo, quanto na esfera da produtividade. Tais questionamentos provavelmente serão complexos e aproximativos, dado que o currículo pode ser entendido como "os conjuntos de saberes escolares, tramas e redes das e nas relações sociais escolares, campos de poder, físicos

ou pessoais, institucionais ou imaginários que articulados constituem o cotidiano da escola, expressando e interferindo nas políticas educacionais, assim como impulsionando e sendo impulsionados pela sociedade. Ele pode ser visto como instrumental capaz de, contraditoriamente, fazer avançar/recuar a educação, e onde - através das práticas curriculares - são possibilitadas condições para que se constituam subjetividades explícitas ou implícitas". (Osowski, 1996, p. 165).

A discussão do trabalho em suas relações com a escola, tal como esta se dá em nossa sociedade, exige que analisemos as relações sociais de trabalho em suas diversidades, tais como em relação a gênero; a separação entre trabalho doméstico e trabalho profissional; a divisão entre trabalho remunerado e não remunerado... Dessa forma será possível mapear as diferentes possibilidades de troca (conflitos, idéias, afetos, influências, poderes) e o modo como estas diferenças (im)possibilitam, por exemplo, a construção coletiva e individual da subjetividade feminina. (Hirata, 1995).

A família, está em crise em nossos dias, mas, apesar disso, continua sendo "a primeira instituição com que uma pessoa entra em contato em sua vida"(Guareschi, 1995, p.79), embora muitas vezes, em alguns casos, seja mais pela ausência e/ou negligência dessa família do que pela sua atuação positiva sobre os indivíduos que a constituem. Na verdade, "por ser o "locus" privilegiado onde se processam as relações de afeto justo no momento de maior dependência da criança em relação ao adulto, é que a família exerce a função de mediar os valores sociais e as normas e padrões culturais" (Silva, 1994a, p.38).

Manifesta-se, dessa forma, a importância e a necessidade de estudos sobre a família, sob os mais diferentes enfoques, de maneira a apoiá-la e questioná-la, ao mesmo tempo que a reconhecemos, contraditoriamente, como espaço de controle e governabilidade, normatização e docilização.

Família, trabalho doméstico e criança

Se durante séculos podíamos pensar na família como o espaço "natural" onde o trabalho doméstico realizava-se, o advento do capitalismo exigindo a mercantilização da força de trabalho (Osowski, 1991), colocou novas bases na estrutura das diferentes instituições, dentre as quais, uma das mais afetadas foi a família. Isso aconteceu não só porque os adultos - pai e mãe - foram exigidos a trabalhar, afinal isso já acontecia mas também, e principalmente, porque com a saída dos adultos, as crianças passaram a incorporar-se nas rotinas do trabalho doméstico. Ariès (1981) descreve e a participação de crianças no mundo dos adultos e de suas atividades, já em épocas anteriores à nossa. Entretanto, o que talvez tenha mudado é o

significado dessa atividade, uma vez que, naquela época as crianças acompanhavam os adultos, enquanto que agora precisam desempenhar suas atividades sozinhas.

Assim, passaram a suprir uma mão-de-obra que se apresenta disponível no próprio ambiente, numa oferta considerada por muitos como "natural": afinal, se os pais ou um dos cônjuges tem de trabalhar para sustentar a casa é "justo" que os que ficam em casa ocupem-se das tarefas domésticas. O que não se diz, nem tampouco se questiona, é que tais tarefas em outros estratos sociais constituem trabalho que é, inclusive, passível de remuneração, podendo gerar mão de obra qualificada através de cursos, como é o caso, por exemplo, de cozinheiras/os, doceiras/os, costureira/o, ou mão de obra especializada, mesmo sem cursos regulares, mas que a prática trata de ensinar e aperfeiçoar, como é o caso de jardineiros e lavadeiras, por exemplo.

Essa é a situação de várias crianças entrevistadas por nós, na investigação que realizamos sobre o currículo de 1º grau e suas relações com o trabalho e o lazer dos alunos. Encontramos algumas crianças "ajudando" em casa, desde os 6 ou 7 anos, outras a partir dos 8 ou 9 anos. Elas arrumam a casa, lavam e passam roupa, cuidam dos irmãos menores, às vezes tendo até de cozinhar. Eis o depoimento⁸ de Elisângela, 6ª série, 13 anos, que "ajuda" em casa:

E - Quando começaste a trabalhar em casa?

Eli - Com 6 anos.

E - Como aprendeste a fazer esse trabalho?

Eli - Minha mãe me ensinou a fazer, que nem prá sair: quase sempre eu tenho que sair prá ela porque ela já é mais difícil(...) ali em casa tem muito morro prá subir e ela não consegue, daí que tenho que ajudar ela. (...) Desde os 6 anos eu ajudo a lavar louça, e hoje faço até faxina em casa.

Com a crise econômica da década de 80/90, a família foi diretamente afetada, exigindo a participação de maior número de pessoas da família no mercado de trabalho; assim, "em 1990, era mais freqüente ter famílias com duas ou mais pessoas trabalhando, 48,5% dos casos, ao contrário da média de uma pessoa, por família, padrão mais corrente em 1981 - 46,8%". (Ribeiro et alii, 1994, p.152). Essa mudança deveu-se ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, independente de sua condição de esposa ou filha (com exceção das filhas de dez a dezessete anos). Foram elas as que mais incrementaram sua participação no mercado de trabalho. "Tal aumento foi maior entre as cônjuges mulheres (37.2%), seguido pelas filhas de dezoito anos e mais, o que explica, em certa medida, a redução da taxa de atividades dos filhos de dez a dezessete anos, independente do sexo." (Ribeiro et alii,

⁸ Optou-se por transcrever a fala dos entrevistados e das entrevistadoras, tal como ocorreu.

1994, p.151-152).

Baseadas nesses dados e no depoimento das crianças e jovens entrevistados em nossa pesquisa,(Osowski e Martini, 1997), acreditamos que a inserção das mulheres e jovens de 18 anos ou mais exigiu, a nível familiar:

a) inserção sistemática das crianças nas tarefas domésticas, independente de sexo, como é o caso de Vagner, 3^a série, 11 anos:

E- E na tua casa, você ajuda a tua mãe?

V- Ajudo.

E- O que você faz?

V- Lavo a louça, seco, faço cama, limpo o banheiro, arrumo a minha cama e lavo a minha roupa.

b) início, já em tenra idade, nas atividades domésticas, como é o caso anteriormente relatado, em que Elisângela, 6^a série ajuda em casa desde os 6 anos.

Família e trabalho da mulher

As famílias que moram nas periferias urbanas, geralmente têm uma estreita vinculação com o campo ou são moradoras de zonas periféricas de cidades do interior. Sendo assim, ainda guardam alguns traços das relações sociais estabelecidas de uma forma peculiar nas sociedades camponesas, onde a mulher é responsável não só pelos trabalhos da casa, mas também trabalha ombro a ombro na roça, com os homens da casa, tornando-a uma mulher rude e forte, influenciando nos traços e papéis para homens e mulheres, marcadamente diferenciados.

A vida na cidade, geralmente em zonas periféricas, seja do interior ou na capital, manifesta a influência que a Revolução Industrial exerceu sobre a organização familiar lançando os componentes da família no mercado de trabalho, formal ou informal. Se num primeiro momento, no início do século XX, ainda as famílias mais pobres conseguiam manter a divisão de que à mulher cabia cuidar da casa e ao homem buscar dinheiro fora de casa, num segundo momento, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tal situação não se sustentou mais e as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, também.

Inicialmente, para obter alguma remuneração pelo seu trabalho, a mulher voltou-se para o próprio ambiente da casa, realizando atividades que lhe permitiam cuidar dos filhos e da própria casa. Assim, podia fazer doces para vender, lavar roupa para fora, cuidar do armazém ou boteco junto com o marido, “dar” comida para fora, costurar... Integrava-se, dessa forma ao processo econômico, numa rotina muito comum, por exemplo, às famílias de origem alemã, do Vale do Itajaí, no final do século XIX, como nos indica

uma carta de Fritz Müller:

“Minha mulher, no tempo que lhe sobra da cozinha e do jardim e agora que Ana não requer mais tantos cuidados, se dedica à costura, coisa muito bem paga por aqui (por ex., para uma camisa, 16...). Também está lavando roupa para o Sachtleben, desde que ele está aqui em Blumenau. Na época do plantio ela terá de me ajudar na roça.” (Renaux, 1995, p.144)

Logo, no entanto, as mulheres em geral, precisaram sair para trabalhar fora, freqüentemente como doméstica ou faxineira, nas casas das famílias da burguesia, como, por exemplo, constatado na pesquisa de Renaux (1995). Isso ocorria num momento em que, segundo essa autora

“o reconhecimento da boa dona de casa [burguesa] se devia à administração do lar dentro de bons padrões de abastança, economia, ordem, limpeza. [Juntamente com isso] acrescentou-se à casa o tempero dos salões aristocráticos, a mulher [burguesa] sendo responsável pelo seu conforto, arte e etiqueta. Nesse ponto introduziu-se um fenômeno novo: com a melhoria do “status” da família e a expulsão da produção econômica da casa, o trabalho físico foi visto como inferior para uma “mulher de posição” e imediatamente assumido pela auxiliar próxima da dona de casa nos tempos da casa global [camponesa], a empregada”. (Renaux, 1995, p.133).

Com as mudanças políticas, econômicas e sociais e com o crescente apelo à exploração da força de trabalho feminina, junto com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho, as mulheres das classes sócio-econômicas desfavorecidas (sem esquecer as mulheres de outras classes sócio-econômicas), passaram a ser vistas como mais uma participante do mercado de trabalho, num sentido mais amplo do que aquele restrito ao “cuidar da casa, dos filhos e do marido” ao mesmo tempo que seus filhos, em especial as filhas, assumiam tarefas domésticas enquanto estava fora.

Uma prática muito comum nos diferentes estágios em que a mulher gradualmente foi “emancipando-se” (leia-se, foi sendo engolida pelas exigências do mercado de trabalho) era, e ainda é hoje em dia, a de levar os filhos para o local de trabalho, principalmente as meninas, que “ajudam” a mãe nas tarefas rotineiras, ou prestam pequenos serviços à dona da casa ou aos seus filhos e filhas. Assim, o aprendizado do trabalho doméstico dá-se, na maioria dos casos, pela observação, pelo repetir, pelo “fazer junto”. Isso é confirmado, por exemplo, através do depoimento de Girlei, 3ª série, 9 anos:

E- E onde você tem aprendido coisas que te ajudam no teu trabalho,

quem te ensina?

G- Quem me ajudou a trabalhar foi a mãe. Ela pede prá mim, depois eu fui me acostumando.

E- E como você aprendeu na primeira vez?

G- Ai, não me lembro, faz tempo. Bom, a mãe pede prá mim lavar a louça, daí eu lavei e sequei, né? Aí, depois todo o dia, todo o dia. E fui me acostumando.

Também é o que diz Eliane, 3^a série, 10 anos:

E- Que é que tu fazes em casa? Tu lavas a louça e que mais?

EL-Limpo a casa, lavo roupa, depois passo o dia vendo televisão.

E- E quando tu começaste, era complicado fazer isso?

EL-Era bem complicado.

E- E o que sentias?

EL-Era um pouco difícil, eu achava muito pesado aquele serviço, mas agora não.

Trabalho doméstico e trabalho infantil

Na pesquisa que realizamos, chamou-nos a atenção o fato de muitas crianças começarem cedo a trabalhar, às vezes até antes dos 6 anos de idade, geralmente junto à própria família ou junto a famílias estranhas ou conhecidas. Muitas vezes a criança mora na casa de algum parente ou até mesmo de estranhos, numa relação extremamente peculiar, que Fonseca(1993,p.115) identificou como "circulação de crianças". Essa é uma prática bastante comum entre "famílias urbanas de baixa renda (que) abriga crianças cujos genitores estão alhures", (Fonseca,1993, p.116), e que a autora identifica como um processo social que expressa uma forma alternativa de organização de "parentesco" vinculada à cultura urbana. O que temos constatado é que, muitas vezes, essa criança vai para a casa de parentes ou estranhos e lá "ajuda em casa ou trabalha", mas sendo considerada "quase da família", conforme depoimento de uma menina que dizia:

"Eu ajudo a cuidar da casa, arrumo tudo, e ela me trata quase igual a uma filha, mas quando ela vai comprar uns tênis para a filha dela, ela também compra prá mim, só que o meu é diferente (não é tão bonito) quanto o da filha dela.

Além disso, ser considerada "quase da família" favorece o não-cumprimento dos encargos trabalhistas e o silenciamento dos direitos da criança em troca dos serviços que presta. É, pois, uma forma cúmplice de manter-se a criança "sujeitada" a um controle e a uma relação de poder em

que ela, e muitas vezes seus familiares, manifestam-se ambigualmente. Por um lado, expressam "agradecimentos e gratidão" pelo acolhimento da criança e pelos "presentes" que essa recebe, e por outro lado, não há o reconhecimento de que essa criança seja uma prestadora de serviços passíveis de remuneração e com "direitos trabalhistas".

Esses sentimentos de "gratidão" por aqueles que se ocupam da criança, (em muitas situações os casos são de exploração!) podem melhor ser entendidos quando pensamos o problema sob duas perspectivas: uma, refere-se ao fato de que as mães (raramente o pai e a mãe) não têm condições materiais de cuidar da criança; outra, refere-se a que "estudos antropológicos sobre famílias de baixa renda demonstraram repetidas vezes a natureza aberta da unidade conjugal" (Fonseca, 1993, p.116) o que facilitaria a circulação das crianças entre diferentes famílias, ou, no mínimo, possibilitaria que, pelo menos, uma pessoa adulta (que não a mãe biológica) tomasse conta dela. Essa forma de atender as crianças garantiria, em grande parte, sua própria sobrevivência.

Em estudo sobre o papel da mulher no Vale do Itajaí (Renau, 1995, p.192), chamou-nos a atenção o fato de que os operários das fábricas, como a fábrica Renau, moravam nas chamadas "casas de família". Eram moradias construídas nas proximidades da fábrica, casas grandes que abrigavam de três a sete famílias, geralmente "numerosas, com, em média, sete filhos cada uma. A divisão interna das casas era feita de tal modo que a cada família correspondesse uma cozinha, uma sala e dois quartos" (Renau, 1995, p.192). Ou seja, embora abrigando um número reduzido de famílias, o número de pessoas morando juntas era grande. Está presente, certamente, a convivência em grupo e, porque não? a interdependência entre os membros das diferentes famílias. Compreende-se, pois, como, aqui no sul, manteve-se o costume de diversas famílias morarem juntas, costume esse diferente da forma de morar das famílias burguesas, imigrantes mais abastados, ou que pelo seu trabalho tiveram acesso mais rapidamente a melhores condições materiais de vida. Na verdade, junto às famílias operárias, mais do que em decorrência de um costume, morar junto a outras famílias era uma imposição que os donos das fábricas faziam a seus operários assegurando moradia àqueles que não tinham adquirido uma propriedade particular, visando, fundamentalmente, atender "não só a um ideal que começava a se impor na Europa, de dar garantias mínimas de vida aos seus conterrâneos, mas para fixar a mão-de-obra nas proximidades" (Renau, 1995, p.190), atraindo, assim, para "as proximidades da fábrica, a mão-de-obra ainda relutante". (Renau, 1995, p.192).

Essa proximidade do trabalho com a residência doméstica da família operária "misturava os laços de família, amizade, valores e objetivos comuns", favorecendo os interesses dos donos das fábricas, que facilitavam a

suas empregadas mais valiosas os cuidados com os filhos bebês, por exemplo, permitindo que amamentassem, duas vezes ao dia. (Renaux, 1995, p.190). Por outro lado, essas crianças ao crescerem, iniciavam-se "naturalmente" na rotina familiar de trabalho na fábrica e trabalhos domésticos, seguindo os passos de sua própria família. Na verdade, esses jovens, que iniciavam aos 14 anos sua vida de trabalhadores e trabalhadoras, faziam isso por decorrência de uma imposição econômica que os obrigavam a trabalhar, colaborando no sustento familiar.

O trabalho doméstico tem configurado-se, historicamente, como um referencial para aprendizagens de relações sociais e culturais, incluindo-se aqui, aquelas peculiares ao mundo do trabalho, tendo por referência as atividades que se desenvolvem no espaço doméstico, familiar ou não. Considerando que o trabalho infantil na maioria das vezes aparece como ajuda, e raramente (até porque é inconstitucional), aparece como "trabalho" propriamente dito, torna-se espaço para algumas aprendizagens que, provavelmente, interferirão na constituição de subjetividades.

Trabalho doméstico e a constituição das subjetividades

A discussão em torno do sujeito e da constituição das subjetividades, tem vindo para o cenário das discussões acadêmicas pela força com que os questionamentos da pós-modernidade têm desautorizado os discursos metanarrativos. (Lyotard, 1989; Silva, 1994b). Uma das questões com a qual nos defrontamos tem sido a de entender a especificidade, a constituição e as relações das subjetividades dos alunos e alunas trabalhadores/as infanto-juvenis de algumas escolas municipais de 1º grau diurnas que participaram de nossa investigação, conforme referido anteriormente.

Os resultados alcançados na pesquisa apontaram para a categoria de trabalho doméstico, como predominante no trabalho das crianças investigadas. Nessa perspectiva, e considerando a relevância e atualidade da questão, consideramos necessário discutir a produção de subjetividades, que se dá, na ótica de Guattari e Rolnik (1993, p.30), segundo "agenciamentos coletivos de enunciação". Isso significa que a produção da subjetividade se dá mediante descentramentos entre processos maquínicos de caráter extrapessoal e infrapessoal. Como processos extrapessoais, os autores indicam os sistemas econômico, social, tecnológico, de mídia, etc. e como processos infrapessoais enumeram os sistemas de percepção, sensibilidade, afeto, desejo, valores, corporalidade, etc.

No caso aqui examinado, as crianças aprendem a perceber-se, a enunciar-se enquanto "pessoas" a partir de tudo o que se passou em suas vidas: doméstica, escolar, social e do trabalho. São aprendizagens feitas em

conexão direta entre “as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”. (Guattari e Rolnik, 1993, p.27).

A infância enquanto período de aprendizagens na família, na escola e em grupos vicinais e/ou informais constitui-se enquanto práticas sociais, marcada pelas limitações impostas pelas condições dessas práticas, no caso o trabalho doméstico. Sendo assim, inclui os movimentos, os recuos, as (re)organizações das referências necessárias para a produção das subjetividades adequadas aos diferentes processos de trabalho, no sistema capitalista.

Nesse sentido, aprendizagens no trabalho doméstico, a nível de infância, desenvolvidas sob o signo da dominação, subjugação, obediência, aliadas a uma percepção desvalorizada de si mesmo, pelo tipo de trabalho realizado (afinal, é mera ajuda!) podem levar a criança, quando adulta, a predispor-se a aceitar passivamente relações de produção excludentes socialmente.

Considerando-se que a produção de qualquer tipo de trabalho é, ao mesmo tempo, produção material e enunciativa entende-se como o trabalho doméstico não sendo socialmente valorizado, dificulte a aprendizagem de formas de resistência, enquanto produção de processos de diferenciação, aos quais Guattari e Rolnik (1993, p.45) chamam de revoluções moleculares.

Levantamos como possível questão para outros estudos, a necessidade de aprofundar as discussões relativas à constituição de subjetividades mediante o trabalho doméstico infanto-juvenil, examinando-se suas implicações na produção dos currículos escolares.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- FONSECA, Cláudia. Criança, família e desigualdade social no Brasil. IN: REZZINI, Irene (org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1993, p.113-131.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**.

- Porto Alegre: Mundo jovem, 1995.
- GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HIRATA, Helena. Divisão-relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**. Brasília, ano 15, n.º.65, jan./mar.1995.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna: trajectos**. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril cultural, 1983. vol. I, Livro Primeiro, tomo 1.
- OSOWSKI, Cecília I. Os chamados superdotados: um fetichismo para fortalecer o sistema capitalista? **Educação e Sociedade**. n.38:100-8, 1991.
- OSOWSKI, Cecília I. Educação básica e relações de poder: um olhar desde o interior do currículo. IN: STRECK, Danilo. (org.) **Educação básica e o básico na educação**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p.150-168
- OSOWSKI, Cecília I., MARTINI, Jussara Gue. **O currículo de 1º grau e suas relações com o trabalho e o lazer dos alunos**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. (mimeo.)
- RENAUX, Maria Luiza. **O papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950**. Blumenau: FURB, 1995.
- RIBEIRO, Rosa Maria; SABÓIA, Ana Lúcia; BRANCO, Helena Castello; BREGMAN, Sílvia. Estrutura familiar, trabalho e renda. IN: KALOUSTIAN, Sílvia M. (org.) **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994. p.135-158.
- SILVA, Cármen Anselmi Duarte da. Família e educação: olhares e desafios. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 3, p. 33-47, dez. 1994a.
- SILVA, Tomaz Tadeu. O adeus às metanarrativas educacionais. IN: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.) **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994b. p.247-258.
- TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. Currículo, trabalho e construção do conhecimento: percurso dessa temática na revista “Em Aberto” na década de 80. **Em Aberto**. Brasília, ano 12, n.58, p. 54-66, abr./jun. 1993